



FÓRUM MUNDIAL LISBOA 21

SOBRE ÁGUA, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com o Alto Patrocínio
da Sua Excelência
o Presidente da República



Presidência da República

Sob o patrocínio
do Senhor Janez Potocnik
Comissário Europeu para o Ambiente



Organização



Patrocínios



Apoios



Colaboração

Media partners

Apoio internacional



LISBOA FÓRUM MUNDIAL
21 ÁGUA, ENERGIA e
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

em português / en castellano / in english

www.forummundiallisboa21.org

FÓRUM MUNDIAL LISBOA 21

SOBRE ÁGUA, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LISBOA 24 E 25 DE OUTUBRO 2011
SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

Edição com o apoio de
Fundação Calouste Gulbenkian

Coordenação
Carlos Fernández-Jáuregui
Amalio de Marichalar, Conde de Ripalda

Conteúdo
Alberto Crespo Milliet

Revisão
Luis Veiga da Cunha
César Dopazo García
José Matos Silva
José Luis Moreira da Silva
António Neves de Carvalho

Equipa de apoio
Lorena Varela de la Peña
Ariadna Corbi Ferrer

Design
Paulo Emiliano

impressão
Agapex

Lisboa, Abril de 2012
500 exemplares

O Presidente da República

MENSAGEM DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Saúdo, muito calorosamente, os participantes no Fórum Mundial Lisboa 21 – Água, Energia e Desenvolvimento Sustentável.

Concedi o meu Alto Patrocínio a esta iniciativa por considerar que, no presente Encontro, irão ser debatidas questões fulcrais para o futuro do País: o valor estratégico dos recursos naturais, com destaque para a água; a segurança ambiental e energética como activo de desenvolvimento; a sustentabilidade como princípio elementar das políticas públicas.

«Um só Mundo», é o título de um dos livros de um conhecido filósofo contemporâneo. Vivemos, de facto, num só mundo, onde as fronteiras que os homens traçam são limites artificiais, que a Natureza desconhece.

Daí a necessidade de uma cooperação transnacional, nomeadamente entre países vizinhos, para a abordagem de problemas que de há muito superaram os estreitos limites das fronteiras políticas existentes entre os diversos Estados. Daí, também, a necessidade de um tratamento pluridisciplinar e transversal de questões que convocam múltiplos saberes e vários ramos do conhecimento e da ciência.

É, pois, extremamente oportuna a realização deste Congresso, pelo que saúdo os seus organizadores e participantes e desejo os maiores sucessos para esta iniciativa de manifesto interesse público.

Palácio de Belém, a 21 de Outubro de 2011



Aníbal Cavaco Silva

FÓRUM MUNDIAL LISBOA 21

SOBRE ÁGUA, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESUMO EXECUTIVO

Versão Portuguesa

LISBOA 24 E 25 DE OUTUBRO 2011

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

RESUMO DO DOCUMENTO FINAL

1. DESCRIÇÃO GERAL DO FÓRUM MUNDIAL LISBOA 21

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2011 realizou-se em Lisboa, Portugal, o Fórum Mundial Lisboa 21 sobre Água, Energia e Desenvolvimento Sustentável.

O Fórum Mundial Lisboa 21 apresentou-se como uma proposta às instituições e à sociedade civil das ideias básicas para um desenvolvimento racional. O objetivo central era criar consciência sobre a problemática da sustentabilidade do desenvolvimento, centrando o debate nos elementos básicos Água e Energia e procurando reunir as experiências dos últimos 20 anos.

O evento realizou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa, Portugal, com a participação de mais de 650 pessoas. O programa constou de oito mesas redondas e cinco sessões paralelas, nas quais expuseram os seus critérios e posições especialistas, instituições e empresas.

1.1. ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM

Organizadores

Fundação Gulbenkian, Fundação EDP, ACEGE, Universidade Católica Portuguesa, Instituto Português de Corporate Governance, Instituto de Empreendedorismo Social, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, Agência para a Energia ADENE, Water Assessment & Advisory Global Network (WASA-GN), Instituto de Estudos Económicos, Club de Excelência em Sustentabilidade, Universidad San Pablo CEU, Fundação ADECCO, FOES, Fórum Soria 21 Para o Desenvolvimento Sustentável.

Patrocinadores

Fundação EDP, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Wellington, Fundação ACS, ENDESA, CEMEX, Banco BIC, Fundação Montepio, SAPO, REN, WIN Energy, ENCE.

Colaboradores

SIEMENS, Fundação MAPFRE, Banco Espírito Santo (BES), Banco Santander TOTTA, Banco Popular, SRS FOCUS MATTERS, VOLVO, Fundação Luso, MARSH, Fundação GALP Energia, Agreda.

Apoio

Sociedade de Geografia de Lisboa, Delta Cafés, PARTEX, CONDÉ NAST, LIPOR, About Media, Uría & Menéndez – Proença de Carvalho, FULCRO, LABORLA, SKIPSO, SPECTACOLOR, ALSTOM, El Corte Inglés, REPSOL, Green Media, GAMESA

Media Partners

Diário Económico, Vida Económica, IMPRESA, TVI, Água & Ambiente, NATURLINK

1.2. TEMAS DO FÓRUM

Programa principal

Mesa 1: A Água, situação atual global e perspectivas futuras

Mesa 2: A Crise mundial da água. Necessidades globais de solução

Mesa 3: A Água como elemento estruturador. O caso da Península Ibérica

Mesa 4: O Futuro da Energia

Mesa 5: Desafios energéticos nos países desenvolvidos e países emergentes

Mesa 6: As necessidades energéticas do desenvolvimento sustentável

Mesa 7: Água e Energia. Educação e cultura de sustentabilidade

Mesa 8: A importância da Comunicação no debate dos recursos hídricos e energéticos a nível global

Sessões paralelas

Sessão 1: Energia para o Desenvolvimento

Sessão 2: Eficiência e Sustentabilidade

Sessão 3: Sustentabilidade e inovação social nas organizações

Sessão 4: Iniciativa, Educação e Responsabilidade

Sessão 5: Cultura, quarto pilar da Sustentabilidade

2. GUIAS E DOCUMENTOS PRÉVIOS AO FÓRUM.

2.1. RESUMO DOS ALINHAMENTOS PARA OS CONFERENCISTAS.

Mesa 1. A ÁGUA, SITUAÇÃO ATUAL GLOBAL E PERSPETIVAS FUTURAS

A primeira mesa deveria estabelecer as bases gerais do debate. É importante que os participantes percebam a existência de uma situação crítica da água no mundo. O debate deve dirigir-se no sentido de projetar ações globais para mitigar esta situação dentro do quadro da sustentabilidade do desenvolvimento. É mais importante a discussão dos conceitos sobre os quais se construiu o processo do que o debate sobre temas locais, não porque estes não sejam relevantes mas sim pela dimensão planetária que alcançaram os problemas.

Mesa 2. A CRISE MUNDIAL DA ÁGUA. NECESSIDADES GLOBAIS DE SOLUÇÃO

Se for possível entender as causas da situação crítica da água no mundo também será possível apresentar soluções. Atualmente, o debate sobre a crise da água anda à volta de temas que vão desde a problemática da governabilidade até à conceção de que tudo se resume a uma falta de infraestruturas hídricas. No fundo o tema central é outro e está mais relacionado com o que se entende por desenvolvimento e sobre se é possível a sustentabilidade de um modelo baseado no consumo crescente de recursos limitados.

Mesa 3. A ÁGUA COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR. O CASO DA PENÍNSULA IBÉRICA

A água é naturalmente um elemento estruturador que, a partir da bacia hidrográfica, dá forma não só aos sistemas ecológicos mas também modela os sistemas sociais e culturais. O problema principal está menos relacionado com a dicotomia entre conflito e cooperação e mais com o como repensar a gestão dos recursos hídricos com sistemas políticos artificiais que se sobrepõem e fragmentam os sistemas naturais onde reside a água. Os problemas da água entre Espanha e Portugal são um objeto de estudo interessante que mostra tanto encontros como desencontros e pode ser adequado para exemplificar não só o que se deve ou não fazer, na gestão de águas transfronteiriças, mas também para o tornar num espaço de reflexão sobre o como fazer e que mecanismos operativos se podem aplicar para uma gestão partilhada.

Mesa 4. O FUTURO DA ENERGIA

O tema mais importante no debate mundial é, atualmente, o futuro da energia. A situação atual, as reservas do planeta, as consequências do esgotamento dos combustíveis fósseis e as opções possíveis ou as fontes energéticas do futuro são temas de máximo interesse. O mundo atual aumenta continuamente o consumo de energia e não é difícil perceber que a situação é tudo menos sustentável. Está na hora de pensar em alternativas.

Uma possível opção a considerar para o futuro, se se quiser manter o crescimento atual, parece ser a energia atômica. Neste caso, o tema central volta-se para o debate sobre se queremos manter o esquema *business as usual* e aceitar os riscos inerentes ou repensar os paradigmas de desenvolvimento e crescimento.

Mesa 5. DESAFIOS ENERGÉTICOS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E PAÍSES EMERGENTES

O tema é particularmente importante à luz da crise econômica que preocupa os países industrializados. A sua solução não é previsível num curto prazo e em relação aos desafios e às pressões que este desenvolvimento explosivo possa gerar no setor Energia. Este processo, baseado na aplicação escrupulosa das regras de mercado, permitiu o crescimento de países que estão focados num processo de produção e crescimento econômico, privilegiando estes fatores sobre os fatores básicos de sustentabilidade.

Mesa 6. AS NECESSIDADES ENERGÉTICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O tema de fundo faz referência às fontes e à provisão de energia necessária para desencadear um processo de desenvolvimento e às restrições que impõem a escassez do petróleo e a alteração climática gerada pela emissão de CO₂ na atmosfera. Do ponto de vista energético as opções de solução às contradições conceptuais entre desenvolvimento e sustentabilidade não são muitas: ou uma alteração radical do modelo de crescimento e consumo ou uma alteração no tipo e fonte de energia para uma mais barata, mais limpa e mais abundante que possibilite continuar com a tendência atual. Atualmente, todas as fontes de energia renováveis juntas, abastecem apenas um pouco mais de 15% do consumo mundial.

Mesa 7. ÁGUA E ENERGIA. EDUCAÇÃO E CULTURA DE SUSTENTABILIDADE

A Educação, como ferramenta para a criação e manutenção de um conjunto de padrões culturais que favoreçam a sustentabilidade, deve ser prioridade das políticas públicas e do interesse da sociedade em geral. O termo Cultura deve focar-se nos padrões de comportamento de um conjunto social e centrar o debate na possibilidade de desenvolver esses padrões culturais orientados para a sustentabilidade.

Mesa 8. A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO DEBATE DOS RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS A NÍVEL GLOBAL

A participação dos usuários na gestão da água (segundo princípio da Declaração de Dublin) implica que deve existir uma base informativa suficiente que possibilite essa participação. O tema em discussão envolve as necessidades dos usuários, os meios de comunicação massiva e as ferramentas necessárias para converter o processo em algo permanente, sustentado e gerido adequadamente. No campo energético a comunicação deverá responder às necessidades de informação dos usuários em relação às condições da oferta e da procura e à necessidade de tornar transparentes as decisões políticas do setor.

2.2. RESUMO DOS DIRETRIZES PARA OS MODERADORES

Mesa 1. A ÁGUA, SITUAÇÃO ATUAL GLOBAL E PERSPETIVAS FUTURAS

É importante que os participantes (público e conferencistas) percebam a existência de uma situação crítica da água no mundo e que o debate se direcione na apresentação de ações globais para mitigar esta situação num quadro de sustentabilidade. Para entender a natureza da crise é necessário considerar os seguintes elementos:

- A água é abundante mas os recursos hídricos são limitados.
- A distribuição de água e de população no mundo não é uniforme.
- O consumo de água é proporcional à população, mas o crescimento do consumo é maior do que o da população.
- Para apresentar soluções devemos entender as causas.

Mesa 2. A CRISE MUNDIAL DA ÁGUA. NECESSIDADES GLOBAIS DE SOLUÇÃO

A crise mundial da água é o resultado de um desequilíbrio entre a oferta de água do meio natural e a procura de água pela sociedade. Este desequilíbrio é o resultado da interação do Homem com o Meio num ambiente físico e num quadro de gestão da água. A crise da água é um fenómeno multidimensional que envolve elementos físicos do meio natural, elementos culturais e sociais, em que todos se interrelacionam e se entrelaçam como causas e efeitos.

- Crescimento da população e aumento da procura.
- Poluição do recurso.
- Alteração climática.

A crise da água foi qualificada como uma crise de governabilidade. Este conceito envolve muitos aspetos até agora não consideradas na gestão da água e implica que haja uma forma virtuosa de a governar, baseada na capacidade de formular políticas com efetividade, administrar recursos com eficiência e providenciar serviços com eficácia.

Enfrentar a crise é uma tarefa complexa que requer repensar os nossos padrões de comportamento e principalmente as nossas formas habituais de pensamento.

A velocidade de crescimento da procura de água aproxima-a da disponibilidade do recurso. Pode-se atenuar o crescimento da procura com a aplicação de novas tecnologias e a racionalização dos padrões de consumo ainda que não se possa evitar completamente. A proximidade e a gravidade da crise da água parecem indicar que se torna necessária uma alteração mais profunda, uma alteração de paradigma. Uma alteração de paradigma não é mais do que uma alteração de pensamento, a substituição de uma forma de pensar por outra que se adegue de melhor forma às alterações no ambiente com um nível de maior racionalidade.

Mesa 3. A ÁGUA COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR. O CASO DA PENÍNSULA IBÉRICA

A água é um elemento dinâmico e mutante ciclicamente. A água no mundo segue um padrão circulatório dependente de variáveis climáticas tais como temperatura, radiação e ventos. Está associada a uma estrutura física, a bacia hidrográfica, que é o recetáculo de captação e o leito natural de circulação das águas. A bacia hidrográfica é uma realidade hidrológica, mas é também uma unidade natural territorial, social, ecológica e económica a partir da qual se pode entender e planificar o desenvolvimento de uma sociedade. A água tanto pode ser uma fonte de conflito como uma fonte de cooperação e há exemplos de ambos os casos ao longo da história. No entanto, o mundo parece ir entendendo lentamente que os cursos de água, mais do que fronteiras divisórias entre países são elementos de união e que a cooperação produz mais benefícios que o conflito.

No caso da Península Ibérica a exposição dos conferencistas devia referir-se, de forma não exclusiva, aos seguintes temas:

- A Diretiva Quadro da Água na Europa.
- O modelo de gestão integrada dos recursos transfronteiriços.
- A planificação hidrológica e a obrigação de a realizar instituída pela Diretiva Quadro.
- Os Planos de Desenvolvimento Hídrico acordados.
- A problemática das bacias hidrológicas partilhadas por Espanha e Portugal e a assimetria de países rio abaixo ou rio acima.
- Os acordos transfronteiriços entre Espanha e Portugal e os princípios de gestão que incorporam.

Sugere-se a exploração da possibilidade de administração dos recursos hídricos partilhados através de Confederações Binacionais de Bacias Hidrográficas.

Mesa 4. O FUTURO DA ENERGIA

Existe uma relação direta e evidente entre energia e desenvolvimento. A partir da Revolução Industrial o progresso e o crescimento das sociedades humanas estiveram condicionados, de forma cada vez mais intensa, ao consumo de energia e associados a um processo de alteração paulatino das fontes energéticas. A situação atual da energia pode apreciar-se pelos seguintes valores: 84% provém de fontes não renováveis. 61% de fontes de energia primária que emitem CO₂ e são poluentes. 3% de fontes com uma alta dependência da água. 12% da energia primária é renovável, não poluente, com uma dependência muito grande da água.

A produção de biocombustíveis tem uma baixa eficiência e consome quase tanta energia, em termos de combustível, transporte, pesticidas e fertilizantes, como a que gera. Além disso, serve-se de terras potencialmente utilizadas na produção de alimentos, geram-se *deficits* na produção de alimentos e conseqüentemente aumento dos preços.

A extração de petróleo é uma atividade industrial que requer energia. Para extrair um barril de petróleo é necessário gastar uma quantidade de energia que seja equivalente a menos de um barril de petróleo para que esta extração seja rentável. Em meados do século XIX, os campos petrolíferos em exploração tinham uma relação de 1 para 50. Por cada barril de petróleo investido na exploração obtinham-se 50. Atualmente esta relação (taxa de retorno energético) está na ordem de 1 para 5. É previsível que num futuro relativamente próximo o petróleo, do qual se obtém 33% da energia consumida no mundo, deva ser substituído por outra fonte energética.

Mesa 5. DESAFIOS ENERGÉTICOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E EMERGENTES

Desde a década anterior que o mundo foi espetador de uma alteração notável no equilíbrio mundial com a aparição dos países emergentes, economias em desenvolvimento, que num período de tempo relativamente curto mostraram um crescimento explosivo. Quatro destes países (China, Rússia, Brasil e Índia), os maiores em território e população, destacam-se pelas altíssimas taxas de crescimento das suas economias e por uma dinâmica produtiva imparável. Estima-se que nas próximas duas décadas o produto interno bruto dos países emergentes aumente em 5.3 % anual, frente a 2.5% dos países da OCDE. Como consequência deste crescimento os países emergentes serão nesse lapso de tempo, os principais consumidores de energia. (Fonte: EIA. World Energy Outlook 2011).

Desafios dos Países desenvolvidos

- Apurar e assumir os graus de responsabilidade na produção de poluentes e as implicações para os países emergentes.
- Assumir a liderança mundial na reformulação do modelo económico-industrial atual.
- Alterar o esquema de transferência industrial

Desafios dos países emergentes

- Estruturar o crescimento das suas economias com base em considerações globais de sustentabilidade
- Definir e planificar de forma responsável o futuro energético
- Repensar a opção de ter assumido um modelo de desenvolvimento baseado na insustentabilidade

Mesa 6. AS NECESSIDADES ENERGÉTICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Uma das características dos países desenvolvidos é o seu alto nível de consumo. Desenvolvimento Sustentável implica restrições e condições que estabeleçam regras para o crescimento e para o consumo. Atualmente o termo Desenvolvimento Sustentável é questionado e a sua utilização requer maior especificidade quanto às condições de fronteira e ao horizonte de tempo. Pode-se entender que o termo desenvolvimento sustentável **implica um aumentar sem fim**. Isto significa que o que está a crescer se

estenderá a um tamanho desmedido. Contrastando isto com o tamanho finito dos recursos, dos ecossistemas, do meio ambiente e da Terra, a frase Desenvolvimento Sustentável parece ser um oxímoro.

Do ponto de vista energético as opções de solução às contradições conceptuais entre desenvolvimento e sustentabilidade não são muitas; ou se faz uma alteração radical no modelo de crescimento e consumo ou uma alteração no tipo e fonte de energia para uma mais barata, mais limpa e com menor taxa de esgotamento que possibilite continuar com a tendência atual. Todas as energias renováveis juntas alcançam apenas 15% do total consumido atualmente. Algumas destas fontes renováveis têm escassa possibilidade de substituir totalmente os combustíveis fósseis. A opção de energia nuclear tem possibilidades certas de substituição parcial dos mesmos a médio prazo e sem maiores dificuldades técnicas, ainda que com os riscos inerentes à sua utilização.

Mesa 7. ÁGUA E ENERGIA. EDUCAÇÃO E CULTURA DE SUSTENTABILIDADE

Para apresentar soluções devemos tentar entender as causas dos problemas. A água e a energia são as duas variáveis mais importantes da função de desenvolvimento e a forma como se manusearem pode fazer com que a sustentabilidade seja uma entelúquia inalcançável ou um paradigma possível.

Se definirmos Cultura como o conjunto de padrões de comportamento instalado numa sociedade humana podemos verificar que as três origens da insustentabilidade, consumo, crescimento e comportamento, são em grande medida, traços culturais. Como qualquer outro traço, podem ser modificados através da educação como instrumento de mudança. Podemos definir modelos culturais que favoreçam a sustentabilidade e tentar instalá-los na sociedade.

Uma cultura de sustentabilidade é um conjunto de padrões que definem o que fazer e o como fazer em relação a:

- Valorização dos recursos e conhecimento da sua importância.
- Disponibilidade de informação oportuna e pertinente sobre a realidade dos recursos e do meio natural.
- Um paradigma de pensamento que não esteja orientado para o consumo.
- Consciência da responsabilidade social e individual quanto à importância do cuidado do meio natural e da necessidade imperiosa de enquadrar o crescimento no conceito de sustentabilidade.

Os padrões culturais de uma sociedade são multidimensionais e formam uma estrutura, que quando é sólida e está corretamente armada, pode perdurar no tempo. Neste conjunto são reconhecíveis em diferentes latitudes, culturas e religiões elementos culturais associados à valorização da água.

Mesa 8. A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO DEBATE DOS RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS A NÍVEL GLOBAL

Em janeiro de 1992 celebrou-se em Dublin, Irlanda, a Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente (CIAMA) como reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) que se realizou no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Como conclusão da reunião adotou-se a Declaração de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável que consiste em quatro princípios recomendados para a gestão da água e que desde então se constituíram nos elementos diretórios para a administração dos recursos hídricos.

O segundo princípio da mencionada Declaração especifica que:

“O aproveitamento e a gestão da água devem ser inspirados numa abordagem baseada na participação dos usuários, dos planificadores e dos responsáveis pelas decisões a todos os níveis.”

A participação dos usuários, tal como está apresentada na Declaração de Dublin, é um processo que só se pode dar se existir uma base comunicacional preestabelecida e operativa.

A estrutura do setor energético difere da do setor hídrico. No primeiro caso, a gestão está focada na exploração e no outro na administração do recurso. Diferem também pela natureza do bem e pela propriedade legal

do recurso. No entanto, a importância do tema e o efeito que tem no setor doméstico, também implica a necessidade de um processo de comunicação que vise informar o consumidor sobre decisões e situações que possam afetar profundamente a sua economia e o seu nível de vida.

Em ambos os casos, ainda que com diferentes intensidades, o papel dos diretores do setor deve adaptar uma nova abertura em relação ao interlocutor-usuário. Esta deve traduzir-se na instalação permanente de canais e meios de comunicação, mecanismos e metodologias que possibilitem a circulação de informação veraz e oportuna e a participação efetiva nas decisões do setor.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO FÓRUM MUNDIAL LISBOA 21

As seguintes são as conclusões extraídas das apresentações e intervenções realizadas durante o Fórum.

3.1 DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ÁGUA, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Todos os participantes reconhecem e consideram urgente levar a cabo uma alteração de paradigma depois de analisarem que o atual modelo de desenvolvimento está esgotado e não é sustentável. Também reconhecem que atualmente existe uma falta de liderança a nível local, regional e mundial.
- Identificou-se que os problemas vinculados à água e à energia têm um paralelismo uma vez que o número de pessoas sem acesso a serviços básicos de água é o mesmo que ao de energia considerando as peculiaridades de ambos os âmbitos.
- O crescimento da população e os 7000 milhões de pessoas com que contamos no mundo fazem com que a população urbana já seja uma maioria a partir de 2011 e com que os problemas do atual modelo continuem a deteriorar a qualidade de vida da população por falta de serviços básicos acessíveis.
- Adota-se a Cultura como 4º pilar da sustentabilidade por ser a melhor herança moral da sociedade, para dar coesão e inspirar uma mudança de atitude em prol de um progresso inteligente.
- Reconhece-se que a crise de governabilidade que atravessa a água é o resultado da falta de gestores e políticos idóneos e pede-se aos países para criarem autoridades de água ao mais alto nível, da mesma forma, tendo-se identificado que mais de 25 agências da ONU se dedicam aos temas da água dando sinais contraditórios e equivocados em muitos casos, pede-se aos países a criação de uma só Agência Mundial da Água na ONU para garantir coerência e melhorar a governabilidade da água.
- Observa-se que a meta do milénio relativamente à água (7) não se vai cumprir no ano 2015 e que em muitos casos o número de pessoas sem acesso a saneamento seguro aumentou e que portanto esta é a segunda vez que fracassa uma Década dedicada à água potável e ao Saneamento (a primeira Década foi 1980-1990)
- Reconhece-se que o desenvolvimento e a inovação tecnológica são a garantia para procurar melhores formas de transformar a energia e considera-se que a alternativa nuclear requer maior discussão e análise, pelo que se propõe a continuação do debate em âmbitos especializados.
- Recomenda-se a criação de um Centro Mundial que permita analisar e estudar o desenvolvimento sustentável e que leve a cabo uma monitorização dos avanços do conhecimento, vinculando a sociedade civil; além de adotar a Carta da Terra como documento para a educação num desenvolvimento sustentável.
- Concluiu-se que a atual universidade é um formador de soluções para problemas do século passado pelo que requeremos que a universidade altere o seu enfoque de formação e investigação e responda aos problemas do século 21.
- Por fim, reconheceu-se que os atuais meios de comunicação se devem reinventar para cumprirem o seu papel de formador de opinião de forma veraz e transparente.

Lisboa, 25 de outubro de 2011

3.2. CONCLUSÕES

3.2.1 A Ideologia do Desenvolvimento

Ao finalizar o século passado impôs-se no mundo um modelo de mercado e um paradigma que prometia que, se se seguissem as receitas do mercado e da globalização, o mundo encontraria a solução para todos os seus problemas. Passados quase vinte anos o mundo ainda se encontra longe da solução para os seus problemas crónicos, com novos problemas adicionais e com crises globais de energia, recursos hídricos e aquecimento global. Tudo parece indicar que a ideologia do desenvolvimento era um mito baseado numa falsa premissa: que o mundo e os recursos naturais eram infinitos e inesgotáveis.

O nível de desenvolvimento atual da tecnologia, derivado da aliança da ciência com o mercado, tem um nível de impacto tão alto no imaginário social que faz supor que a tecnologia possa ser uma solução imediata para as crises. Descobertas de novos materiais e tecnologias parecem estar sempre ao virar da esquina para dar solução aos problemas da humanidade. Sempre e quando se puder pagar o preço de mercado destes engenhos. Mas a crise da água, particularmente, é pouco sensível à tecnologia e neste campo o único avanço que poderia ter um impacto imediato sobre os estados críticos atuais seria a descoberta de uma fonte de energia limpa, barata e inesgotável.

Até que isto não aconteça, as crises agudizar-se-ão de forma sustentável. Se acontecer, convém recordar as palavras de Albert Einstein sobre a energia nuclear: “O mundo que criamos, como resultado de um nível de pensamento, gerou problemas que não podemos resolver com esse mesmo nível de pensamento. Para que a humanidade possa sobreviver, necessitamos de uma forma substancialmente nova de pensar e aprender”.

3.2.2 A Sustentabilidade do Desenvolvimento

Em 1987, foi apresentado oficialmente o Relatório Brundtland (Our Common Future, Brundtland 1987), elaborado pela Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio ambiente e o Desenvolvimento. Neste relatório aparece pela primeira vez o termo Desenvolvimento Sustentável e com ele alguns conceitos que é necessário repensar à luz do tempo decorrido:

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Este desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado se população e crescimento estiverem em harmonia com o sempre mutável potencial produtivo dos ecossistemas.

O tema não é apenas o número de pessoas, mas sim a relação desse número de pessoas com os recursos disponíveis. São necessários passos urgentes para limitar as taxas extremas de crescimento populacional.

Em 1968 um grupo de 105 cientistas e políticos de 30 países reuniram-se em Roma, Itália, para refletir acerca do crescimento da sociedade. Em 1972 o grupo, já conhecido como o Club de Roma, publicou o resultado das suas primeiras reflexões, o livro “Os Limites do Crescimento” (The Limits to Growth), cuja conclusão principal foi a seguinte:

“se o atual aumento de população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração de recursos naturais se mantiver sem variações, alcançar-se-ão os limites absolutos de crescimento na terra durante os próximos cem anos”.

A versão simplificada desta conclusão pode ler-se como:

“Não pode haver um crescimento populacional, económico e industrial ilimitado num planeta de recursos limitados”.

O imperativo atual é encontrar as formas e os meios para que o crescimento das nações esteja de acordo com os recursos naturais.

3.3 RECOMENDAÇÕES

As seguintes recomendações foram extraídas da participação dos assistentes.

3.3.1. Recomendação 1. Promover uma alteração de paradigma

Perante a perceção da profundidade e multiplicidade das crises no mundo, a observação mais recorrente foi a necessidade de modificar a sociedade, a economia e as formas de vida atuais. Isto foi exposto como a necessidade de reformular o paradigma sobre o qual está construído o mundo.

Uma mudança de paradigma não é mais do que uma mudança de pensamento, a substituição de uma forma de pensar por outra de uma racionalidade superior. Uma das consequências das crises é que obrigam a repensar situações, problemas e respostas e a procurar alternativas de maior efetividade, eficácia e eficiência. A profundidade da crise e a racionalidade mais básica indicam que está na hora de alterar os padrões de comportamento e pensamento das sociedades humanas, de gerir rigorosamente o crescimento e o consumo. Nada na história da humanidade permite afirmar que estas alterações sejam possíveis. Geralmente os modelos obsoletos mantêm-se até ao seu esgotamento e autodestruição. No entanto, nunca antes as sociedades humanas estiveram melhor preparadas nem contaram com tantos meios e capacidades como hoje para se automodificarem. Só o tempo dirá se somos capazes de o fazer.

3.3.2 Recomendação 2. Criar a Agência Mundial da Água

A indiscutível importância da água para a vida torna imprescindível a existência de um organismo ao mais alto nível que atue como referente global da gestão hídrica.

No sistema das Nações Unidas existem 25 agências e comissões que, direta ou indiretamente, trabalham no tema, o que resulta num setor fragmentado e com duplicidade de funções.

No ano de 2008, como conclusão da Expo Zaragoza, o governo de Espanha comprometeu-se a apoiar para dar impulso à criação da Agência Mundial da Água. Neste sentido o *Pabellón Puente* da Expo Zaragoza registava entre os seus conteúdos expositivos dois temas destacados:

- A necessidade de unificar, a nível global, o enfoque, a discussão e as ações referentes aos recursos hídricos numa só agência.
- A urgência de reconhecer a nível mundial a Água como um Direito Humano.

No ano de 2010 o reconhecimento do Direito Humano à Água pela Assembleia das Nações Unidas confirmou a importância das iniciativas.

Como se manifestou durante o Fórum de Lisboa, existe um grande interesse de Portugal em relação à materialização desta iniciativa e ao compromisso manifesto de apoio.

Entre as funções principais desta Agência estariam:

- Propor um quadro normativo mundial acerca dos recursos hídricos, especialmente no que se refere a bacias hidrográficas transnacionais.
- Disseminar efetivamente a informação hídrica que gera o sistema de NNUU.
- Apoiar e assistir os países no levantamento de informação hídrica e na criação de sistemas de informação coerentes e standardizados.
- Promover modelos de gestão da água de maior racionalidade que os atuais, com ênfase na gestão sistémica e na planificação multissetorial.
- Promover a difusão e o intercâmbio eficaz e global de boas práticas, lições aprendidas, modelos e processos reproduzíveis, experiências que tenham alcançado o êxito e recomendações, através de um centro próprio de documentação e transferência sobre água.
- Impulsionar a educação, os princípios e os valores que suscitem uma cultura de sustentabilidade.

3.3.3 Recomendação 3. Criação de um Centro Mundial de Desenvolvimento Sustentável.

O termo Desenvolvimento Sustentável implica um conceito complexo cuja utilização requer maior especificidade no seu uso quanto às condições de fronteira e ao horizonte de tempo, onde se aplicar o conceito. O qualificativo “sustentável”, aplicado a um fenómeno de crescimento como é o desenvolvimento, sem quantificadores de tempo ou quantidade, implica um **umentar sem fim**. Significa que o que está em crescimento se estenderá a um tamanho infinito. A contrastar com isto está o tamanho finito dos recursos, dos ecossistemas, do meio ambiente e da Terra, a frase Desenvolvimento Sustentável parece ser um oxímoro. O desenvolvimento das nações, como era entendido até hoje, obedece a um modelo comparativo. Na ausência de uma conceptualização clara, universalmente partilhada, e de uma escala de proporcionalidade que permita qualificar cada caso específico, para medir o grau de desenvolvimento de um país recorre-se a um ranking de comparação à cabeça do qual se encontram os países de maiores rendimentos *per capita*, e cuja característica é o seu elevado nível de consumo. De facto, associa-se, sem grande erro, o nível de desenvolvimento de um país com o seu consumo. A última finalidade do desenvolvimento das nações parecer ser o tornar-se grande consumidor de bens, de recursos naturais e de serviços. Conceber uma redução geral e consensual do consumo é uma tarefa sem esperança na realidade de um sistema económico que privilegia o crescimento acima da sustentabilidade, num mundo em que os países de menor desenvolvimento desejam para si os níveis de bem-estar material do mundo desenvolvido e dificilmente vão renunciar à opção do crescimento económico.

Tudo isto leva à compreensão da necessidade de estudar o fenómeno do desenvolvimento, do crescimento e do consumo com maior profundidade. Não é possível continuar a usar o adjetivo da sustentabilidade como parte da retórica política. É necessário redefinir conceitos a partir das constrangedoras realidades atuais e formular novas teorias com base na racionalidade. Se a sustentabilidade não for possível, o planeta está inevitavelmente condenado. Se a sustentabilidade for possível, é nosso dever entendê-la, construir um modelo de relações causais que a administre e adequá-lo às formas sociais.

Propõem-se a adoção da Carta da Terra como instrumento para a educação no Desenvolvimento Sustentável, como parte do novo paradigma para a sociedade global do século XXI e como linha de base ética e democrática.

A recomendação 1 assinala a necessidade de mudar os paradigmas atuais. A recomendação 3 implica a criação de um centro pensante, sob orientação das NNUU, onde se analise e valorize as opções alternativas, os custos sociais e económicos e as consequências no tempo.

3.3.4 Recomendação 4. Promover a Cultura como pilar central da Sustentabilidade.

Define-se Cultura como o conjunto de padrões de comportamento instalados numa sociedade. Os padrões culturais de uma sociedade são multidimensionais e formam uma estrutura que quando é sólida, e está corretamente munida, não perdura apenas no tempo mas também, eventualmente, possibilita a autoadaptação a mudanças no ambiente.

A cultura é o resultado de somas históricas e a sua formação obedece à acumulação de padrões de comportamentos que respondem ao meio. Este processo não é outra coisa senão uma dinâmica de adaptação que vai construindo a história de um grupo humano.

Existem na história exemplos de culturas que perduraram por milénios (China, Egito faraónico) e que sucumbiram por incapacidade de adaptação às mudanças e de culturas que não souberam manter a sua identidade por excesso de adaptação (Roma). De qualquer forma o fenómeno cultural requer uma manutenção constante tendo em vista a alta ou baixa adaptabilidade do grupo social. Isto justifica a existência na sociedade de um elemento com capacidade para avaliar a validade de determinados padrões e principalmente para conceber novos modelos culturais e para os instalar na sociedade através da educação.

A cultura ocidental, em termos gerais o paradigma vigente, já mostra sinais de incompatibilidade com as mudanças. É possível detetar nela padrões de comportamento disfuncionais que ameaçam derrubar toda a estrutura social, económica e política. É necessário, desde a ótica de mudança de paradigma, apurar as disfuncionalidades e substituí-las por uma cultura focada na adaptação às mudanças e à sustentabilidade. Uma cultura de sustentabilidade é um conjunto de padrões que deveriam definir o que fazer e como fazer em relação a:

- Avaliação dos recursos e conhecimento da sua importância.
- Disponer de informação oportuna e pertinente sobre a realidade dos recursos e do meio natural.
- Um paradigma de pensamento que não esteja focado no consumo.
- Consciência da responsabilidade social e individual no que se refere à importância dos cuidados para com o meio natural e à necessidade imperiosa de enquadrar o crescimento no conceito de sustentabilidade.

A criação e implantação a nível global de uma cultura baseada nestes valores seria a melhor herança moral para as gerações futuras.

Lisboa, dezembro de 2011